



II FÓRUM INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO
XIV FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO
XVII SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
De 27 à 30 de abril de 2016 na Universidade de Santa Cruz do Sul.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO

João Paulo Reis Costa¹-UNISC-EFASC

Virgínia Elisabeta Etges²-UNISC

Cristina Luisa Bencke Vergutz³-UNISC-EFASC

GE: Políticas Públicas e Educação.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo traçar uma relação entre a importância da Agricultura Familiar, com seus números mais diversos, no contexto brasileiro, gaúcho e do Vale do Rio Pardo e juntamente com isso, dar um panorama geral da situação das escolas do Campo, também no Brasil, estado e região, com ênfase nos últimos 25 anos de fechamento deliberados de mais de 15 mil escolas do Campo, em especial, as multisseriadas, em nome de uma perspectiva modernizante da educação brasileira nesses últimos anos, reunindo essas crianças e adolescentes em escolas-polo em comunidades centralizadas do Campo ou nas sedes dos municípios Brasil afora. Portanto, a cada 2 h e 40 min uma escola do Campo é fechada no

¹ Monitor EFASC – Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul, Historiador, Especialista em História do Brasil, Mestre em Desenvolvimento Regional - UNISC, 2012 e Doutorando em Desenvolvimento Regional – UNISC. joopauloreiscosta@gmail.com

² Pós-Doutora em Planejamento Urbano e Regional - Technische Universität Berlin, Alemanha, 2000. Coordenadora do PPGDR – UNISC. etges@unisc.br

³ Monitora EFASC – Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul, Pedagoga e Mestre em Educação-UNISC. cristina.vergutz@gmail.com

Brasil e isso não diminui nem mesmo com a Lei 12.960 de 27/03/2014, que dificulta o fechamento de escolas do Campo no Brasil, chegando a 4.084 escolas fechadas só em 2014. E que essa lógica se reflete no Vale do Rio Pardo, uma região essencialmente rural e agrícola, dependente da Agricultura Familiar e com uma das mais baixas taxas de urbanidade do RS.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Educação do campo, Fechamento de escolas do campo.

INTRODUÇÃO

Vamos abordar nesse artigo o processo de fechamento de escolas do Campo no Brasil e alguns de seus desdobramentos no espaço agrário do país. Podemos de início que afirmar tratou-se nos últimos anos de uma política deliberada por parte do poder público brasileiro, de fechamento de escolas multisseriadas no Campo e o fortalecimento de escolas nucleadas no Campo ou nas sedes dos municípios. Além da inquietação pessoal e profissional, trata-se de expor aqui um debate que vem ocupando uma agenda nacional, dado a importância econômica, cultural e social da Agricultura Familiar no atual contexto brasileiro.

Não de balde, o debate da Educação do Campo a partir dos anos de 1990 vem conquistando paulatinamente espaço na agenda da educação brasileira, em meio a muitas tensões e embates duros entre instituições e movimentos sociais do Campo brasileiro e o Estado brasileiro. A luta pela constituição dessa agenda nacional, deve-se inexoravelmente aos movimentos sociais do Campo e instituições que historicamente trabalham na perspectiva da Educação do Campo, que além de denunciar a situação de descaso com as escolas situadas no Campo brasileiro, chamou e continua chamando atenção do Estado a situação que vivem em especial essas escolas. Assim, somente após anos 2000, vamos ter uma série de reconhecimentos legais e institucionais o direito dos povos do Campo, das águas e das florestas a ter o direito a uma Educação contextualizada a sua realidade, conforme recente publicação do MEC.

A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO BRASILEIRO

O recente ano de 2014 não foi escolhido à toa pela ONU como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, pois há uma série de questões que preocupam o mundo acerca desse debate, principalmente no que concernem os agricultores (as) que formam esse público, tão importante para a manutenção da vida no planeta. Portanto, constituindo assim, uma agenda

mundial que debate e propõe sobre a Agricultura Familiar, que no Brasil ganha força a partir do reconhecimento legal da Agricultura Familiar.

Está entre as principais preocupações do Campo brasileiro, o forte êxodo rural que uma série de regiões do mundo ainda segue constatando, colocando a perigo a sucessão familiar das pequenas e médias propriedades, e da mesma forma as áreas urbanas, que a cada dia crescem mais desordenadamente, gerando diariamente bolsões de miséria, onde se acentuam situações de violência, por exemplo. A preocupação com a manutenção da produção de alimentos, principalmente alimentos saudáveis e com a biodiversidade do planeta, tudo ameaçado pelo avanço do agronegócio latifundiário, monocultor e exportador, que a cada ano bate recordes de produção e lucros de grandes proprietários e corporações transnacionais da indústria alimentícia, que busca nos últimos 60 anos, desarticular todo saber popular, construídos há gerações pelos agricultores familiares, no que tange a sua subsistência e manutenção de do ambiente em que esses vivem.

As questões acerca do campo brasileiro não estão postas de forma diferente do debate mundial e vêm nos últimos anos ganhando cada vez mais espaço no cenário brasileiro, seja na imprensa em geral, na academia com trabalhos desde monografias de graduações até teses de doutorado ou em debates do dia a dia dos movimentos sociais e entidades que trabalham com a Agricultura Familiar no Brasil. Pois atualmente no país, "mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros é proveniente da agricultura familiar."⁴ Além de empregar grande parte da população do Campo, ao mesmo tempo vive o "drama" de ter seus jovens ainda evadindo do Campo a cada dia que se passa, deixando a perspectiva de sucessão na Agricultura Familiar a cada dia mais ameaçada e por conseqüência a produção dos alimentos que vão a nossa mesa diariamente.

A Agricultura Familiar precisa ser compreendida muito além de uma simples relação aos êxitos numéricos que apresenta. Pois, existem outras relações, no plano da cultura dos agricultores, suas relações com o território, noções de pertencimento expressa por muitos deles, que vão muito além de uma relação de produção e/ou de mercado, que dizem respeito ao bem viver, da organização comunitária, por exemplo. Uma delas, que vamos abordar aqui é o direito ao acesso à educação, dos filhos (as) desses agricultores, que historicamente não se garantiu na sua universalidade e atualmente muitas vezes não se garante, deixando essa população a margem do sistema educacional do país, ou quando acessa, não garante um estudo voltado para a realidade desses jovens e crianças, fazendo com que esses não se

⁴ Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar 2015. Erechim: Ed. Bota Amarela. 2015, p.8-13.

reconheçam como sujeitos sociais no seu espaço de vida, nesse caso, no Campo. O que sem dúvida alguma, vai incidir diretamente na decisão desse / dessa jovem, na hora de suceder a propriedade familiar, junto a sua família ou de sair em busca de constituir sua vida na cidade.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

Num país colonizado como o Brasil, desde os meados do século XVI, que só consegue sua independência quase três séculos depois, em 1822 e que vai viver até 1889 sob a égide de um Império, tornando-se república pelas mãos de militares, que proporcionarão golpes sobre golpes até o fim do século XX, não precisamos nos esforçar para afirmar que a Educação para a grande maioria do povo brasileiro, nunca foi prioridade do Estado. Se podemos generalizar essa questão, imagine pensar na educação das populações do Campo brasileiro, espaço onde grassou os quase quatro séculos de escravidão negra, onde se dizimou centenas de nações indígenas, onde a luta pela terra desde as Capitânicas Hereditárias, proporcionou o deplorável saldo que configura o Brasil ainda hoje num dos países de maior concentração de terras do mundo, pois atualmente “15,6% das propriedades agrícolas do país ocupam 75,7% de toda terra agricultável do país”.⁵

Se aos pobres do Brasil, manter-se vivo sempre foi uma proeza, que dirá ter acesso a uma condição de vida minimamente digna. Nesse caso, acesso à educação, sempre foi um luxo, só possível para poucos, um privilégio atendendo aos interesses de uma elite que historicamente se impunha no país, tanto que seus filhos faziam a formação inicial nas estâncias / fazendas e o ensino superior na Europa. Imaginemos então a situação da educação para a população pobre do Campo, compreendida apenas como simples mão-de-obra escrava ou barata para o latifúndio, mantida assim, na ignorância das letras, a ferro e fogo pelos senhores da terra. Haja visto que, “nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante a sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. (...) tinha a capela onde eram rezadas as missas. Tinha escola de primeiras letras, onde o padre-mestre desasnava os meninos”.⁶

A educação do grupo abastado, seja do engenho de cana, da estância charqueadora, da data mineradora, dos intermináveis cafezais, das lavouras de algodão, das florestas de cacau, estava sob responsabilidade basicamente da igreja católica, que garantia a reprodução da lógica casa grande - senzala, garantindo a ordem social, evidenciando assim, o quanto o

⁵ Ibidem, p.8.

⁶ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 80.

“conhecimento letrado” foi instrumento de dominação para a elite agrária, proprietária frente aos demais grupos sociais que habitavam o Campo. Desta forma, a ausência e/ou precariedade da oferta de ensino no Brasil aos trabalhadores em geral, se acentua quando nos referimos a população do Campo, juntamente com a questão do analfabetismo no país. O analfabetismo chega a ser quatro vezes maior entre a população do Campo em relação à urbana.

Além de nos depararmos com o analfabetismo ainda presente no Campo, resultado desse processo histórico ao qual nos referimos anteriormente, estamos diante de um novo cenário, que nos últimos anos vem se verificando um número alarmante de fechamento de escolas do Campo em todo Brasil, sendo grande parte destas escolas, multisseriadas (onde há mais de uma turma/série dos anos iniciais do ensino fundamental em sala, comumente chamadas de escolinhas⁷, em suas comunidades), o principal alvo dessa política. Tanto que o “Brasil fecha em média, mais de 8 escolas por dia na região rural. Nos últimos 10 anos, 32,5 mil escolas do campo foram fechadas. Só em 2013 foram 3.296. Em 2003 eram 103,3 mil escolas no campo, hoje são 70,8 mil. São praticamente 9 escolas do campo fechadas por dia”⁸. Conforme esses dados, é possível afirmar que a cada 2h e 40min, uma escola do Campo é fechada no Brasil.

Cabe aqui ressaltar, que mesmo com a sanção da Pres. Dilma Rousseff, da Lei 12.960 de 27/03/2014, as escolas do campo continuam sendo fechadas Brasil afora, mesmo que agora com mais burocracia, porém, continua sendo prática usual por conta de estados e municípios, pois a lei não prevê maiores sanções aos mesmos, ficando circunscrito apenas a dificultar tal prática.

Essa política atinge em cheio o Campo brasileiro, que passa a contar com uma nova estrutura de escola do Campo, as escolas nucleadas. Essas são fruto das nucleações das “escolinhas” multisseriadas fechadas ao longo dos últimos anos, como mencionamos acima. As escolas nucleadas se concentram em comunidades mais centrais em determinadas regiões dos municípios e comportam um número relativamente alto de estudantes oriundos das comunidades do Campo. Muitas dessas escolas carecem de estrutura mínima para atender esses estudantes “nucleados”, do tipo: Salas de aula com tamanho ideal, refeitório insuficiente, professores com formação adequada, dificuldades com abastecimento de água potável, difícil acesso à internet, onde muitos estudantes são transportados das suas comunidades de origem, desde a educação infantil até a 8ª série/9º ano, muitos chegam a ter

⁷ O uso do termo “escolinhas” no diminutivo não tem dimensão pejorativa, apenas dá concretude a forma como esta é chamada e reconhecida carinhosamente em suas comunidades. Neste caso, apenas se dá com base em artigo de ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) do campo. Cad. CEDES vol.27 nº 72 Campinas May/Aug, 2007.

⁸ COSTA, João Paulo Reis. Em 10 anos, menos 35 mil escolas do Campo. Jornal Ecoserrano. Artigo de Opinião. Boqueirão do Leão. Publicado em 20 de junho de 2014.p.04.

mais tempo de viagem da casa para a escola e vice-versa, do que de aula, propriamente. Ou seja, deixando em planos muito inferiores as possibilidades de aprendizado real dessas crianças e jovens.

Esse fechamento “à granel” de escolas no Campo, traz consigo na maioria das vezes, o “verniz” discursivo da modernidade, como a diminuição de custos aos municípios e estados, que deixa de manter essas escolas de “difícil acesso” e que passam a otimizar os professores nas escolas maiores, além da promessa de aulas nos laboratórios de informática e acesso à internet, como ferramenta pedagógica aos estudantes, bem como a oferta de línguas estrangeiras, melhoria na qualidade da alimentação escolar, feita por profissionais das escolas maiores. Não obstante, a oferta de linhas de ônibus regulares as comunidades “remotas” do Campo, são expedientes utilizados para legitimar o fechamento de tais educandários multisseriados e “distantes” das sedes dos municípios. Como se tudo isso descrito anteriormente não fosse obrigação de ser oferecido às crianças e adolescentes do Campo e fosse apenas uma prerrogativa das escolas “grandes” e/ou urbanas. Isso tudo, muitas vezes com a presença intimidadora de vereadores, secretários municipais, prefeitos, funcionários de empresas de transporte escolar e outras “autoridades” interessadas na “qualidade” da educação” do município, que buscam “convencer” os agricultores desse “bem feito” à educação de seus filhos.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul, historicamente ligado a produção agropecuária, seja pela consolidação do latifúndio fronteiriço com a distribuição de sesmarias do império, que fez da sua metade sul uma região de criação extensiva de gado e um polo charqueador escravocrata até meados do século XX, ou do mesmo RS em que nasceu movimentos sociais importantes para a história do Brasil, como as ocupações de terras nos anos de 1980 que deram origem ao MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra e na década de 1990 com a criação dos MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, não fica imune a situação de precarização das condições de vida da juventude do Campo. Ou seja, mesmo com esse histórico ligado a agropecuária familiar, o RS vive momentos de muitas reflexões frente às questões que circundam a Agricultura familiar, principalmente no que diz respeito à sucessão familiar nas pequenas e médias propriedades, gerando atualmente um déficit de sucessão muito preocupante.

Essa situação do Campo, especialmente da Agricultura Familiar, se dá justamente por uma compreensão de desenvolvimento sustentada pelos conglomerados do setor alimentício e pelo Estado, que não dialoga com os sujeitos do Campo, reconhecendo esses, apenas como oferta de mão-de-obra barata, dependente do agronegócio monocultor, que compreende esse espaço simplesmente como uma extensão da fábrica, sem nenhuma autonomia de seus sujeitos. Cada vez mais expostos aos riscos dos agrotóxicos, de trabalhos exaustivos e sobretudo, de um alto grau de endividamento que coloca em risco a saúde desses agricultores, em especial. O desenvolvimento do Campo e da agricultura Familiar, com todos os seus sujeitos envolvidos, perpassa pelo fortalecimento das suas comunidades e das instituições que nelas estão inseridas, principalmente as escolas, que tem um papel central na formação das novas gerações de agricultores, por exemplo.

Nessa perspectiva, o Campo do Rio Grande do Sul vem passando pelas mesmas ou ainda maiores dificuldades acerca da Agricultura Familiar, até mesmo por ser um estado com uma grande presença de municípios rurais, ou seja, mesmo com perímetro urbano definido, estes são marcadamente rurais, com a presença de todos os elementos do Campo, além de possuírem grande parte de sua população vivendo no Campo. Municípios esses que vem diminuindo sua população geral nos últimos anos, especialmente pela saída dos jovens do Campo, concentrando na região metropolitana e de muitos idosos se deslocando para o litoral norte do RS, aliás, seguindo uma lógica presente no espaço gaúcho e brasileiro.

Ora pois "diante dessa configuração que se estabelece por definir os sujeitos, parece ser indispensável pensarmos a educação num contexto do Campo".⁹, justamente porque os números acima apontam para uma saída substancial dos jovens (também se verifica a saída de idosos, em função de falta de infraestrutura, principalmente de saúde no Campo) para os grandes centros urbanos do Estado, deixando grande parte das propriedades rurais sem perspectivas de sucessão nessas propriedades, gerando uma perspectiva pouco promissora para um futuro breve.

Assim, o fortalecimento de uma Educação do Campo apropriada e construída com o protagonismo dos sujeitos do Campo, em toda sua diversidade, desde as de gestão pública (escolas estaduais e municipais), como as escolas multisseriadas, as nucleadas, de assentamentos e também escolas comunitárias, como as Escolas Famílias Agrícolas. Reconhecer e fortalecer através de políticas públicas adequadas, essa multiplicidade de

⁹ COSTA, João Paulo Reis. Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul - EFASC: uma contribuição ao desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo a partir da Pedagogia da Alternância. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – UNISC, Santa Cruz do Sul. p. 53.

experiências de Educação do Campo, é urgente. Pois "quanto mais assumam os homens uma postura ativa na investigação de sua temática, tanto mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade e, explicitando sua temática significativa, se apropriam dela.¹⁰ Eis uma dimensão regional de pensar o desenvolvimento, ouvindo as comunidades e as forças sociais que nelas vivem, empoderando os sujeitos.

Para promover o desenvolvimento regional no contexto da realidade atual é preciso estar atento à dimensão horizontal do processo, conhecer, em profundidade, a região em questão; identificar suas potencialidades e construir instrumentos de coesão social em torno de propósitos em comum à população envolvida. Pois "é preciso criar uma forma de representação da maioria, identificada a partir da participação de todos, para permitir que uma nova gestão do território seja gestada".¹¹

Entendemos que a Educação do Campo precisa fazer parte de uma agenda, tanto dos poderes públicos aqui constituídos, como das entidades que trabalham direta ou indiretamente com o Campo. Porque não se pode aceitar, simplesmente o processo de fechamento dessas "escolinhas" sem passar também pelas questões simbólicas e concretas que concernem a existência desses educandários, em que na maioria dos casos, eram (e algumas ainda são) muito além de escolas: uma espécie de "capela religiosa", associações de agricultores, posto de vacinação, mesa eleitoral de 2 em 2 anos, trabalhos com horta escolar (muitas vezes com a contribuição dos pais), mutirões de reforma, limpeza, pintura, ajardinamento dessas escolas em vésperas de festas anuais, enfim, um ponto de encontro e referência das comunidades onde se situam / situavam. Portanto, boa parte dessas "escolinhas" figuravam e ainda figuram na perspectiva de ente comunitário, contrapondo muitas vezes "o olhar de um campo como "quintal" da cidade, como inexistente, ignorante e atrasado ou como existente apenas em prol da cidade, apenas com vistas à produção, sem vida e sem gente".¹²

É preciso que uma região como o Vale do Rio Pardo e os municípios que a formam, se entendam como municípios rurais e não caiam na "armadilha" de se pensarem urbanos a partir das constituições de seus perímetros urbanos, na grande maioria desses municípios, incipientes. Que se pense políticas públicas adequadas e dialogadas com o Campo, pois é aí que um contingente significativo de pessoas, vivem e produzem a riqueza da região. Para

¹⁰ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 98-9.

¹¹ ETGES, Virgínia Elisabeta. O Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. *Revista REDES*, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, v.8, nº1, jan/abr. 2003. p.68.

¹² VERGUTZ, Cristina Luisa Bencke. COSTA, João Paulo Reis. *Pedagogia da Alternância do movimento CEFFA e a Educação do Campo: História e desafios*. II Seminário Internacional de Educação do Campo e Fórum Regional do Centro e Sul do RS- SIFEDOC - Educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina. 08 a 10 outubro 2014. Santa Maria / RS, Brasil. p.2863. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sifedoc/images/Anais.pdf>. Acessado em 15/11/2014.

tanto é preciso que se compreenda que urbanidade não é sinônimo de prosperidade e muito menos, que ruralidade seja sinônimo de atraso, tônica consolidada e difundida hegemonicamente, durante o século XX, em que se “acreditava piamente na irreversibilidade do modelo propagado pelos países que lideravam o processo de acumulação hegemônico (...) havia uma receita, bastava segui-la, de forma submissa e obediente, em pouco tempo o tão sonhado desenvolvimento bateria a porta! (...) que o desenvolvimento viria na esteira da industrialização e da urbanização (...) a fórmula mágica não funcionou e o desenvolvimento não veio.¹³

Assim, é urgente perceber o Campo como um espaço de vida dos seus sujeitos, onde estes se relacionam e tecem no cotidiano as suas relações sociais. Portanto, uma compreensão e prática de educação que rompa com a tradicional caracterização do Campo (neste caso, do Agricultor Familiar) estereotipada aos moldes do Jeca Tatu¹⁴, que celebramos todos os meses de julho, durante os festejos juninos, através da ridicularização do Campo e seus sujeitos, no “casamento caipira” pois é justamente “nesse momento a escola se mostra acéfala e descontextualizada com sua realidade, pois se ela está na cidade, demonstra total desconhecimento do campo e suas gentes, a ponto de caracterizá-los de tal forma, que só reforça entre seus estudantes o preconceito”.¹⁵ Trata-se nesse caso, de romper um paradigma estabelecido, ainda de uma educação rural sanitarista e civilizadora, formulada ao longo do século XX, portanto, uma “concepção de educação como prática da liberdade alicerçada na valorização e partilha de diferentes saberes, sem hierarquização e com aprendizagens impregnadas de sentido, integradas com a realidade e centralizadas no diálogo”¹⁶.

Então, diante desse contexto é inadmissível já no ano da aprovação da Lei que dificulta o fechamento das escolas do Campo, tenham sido fechadas 4.084 escolas. Dessas, em quatro municípios do Vale do Rio Pardo (Vale do Sol, Venâncio Aires, Boqueirão do Leão e Rio Pardo), foram fechados em 2014, 8 escolas do Campo, deixando 82 estudantes fora das suas escolas de origem, sendo esses, na grande maioria transportado para escolas-polos nos municípios em questão e essas comunidades envolvidas em todo esse discurso modernizador

¹³ ETGES, Virgínia Elisabeta. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. IN: REDES - A revista do desenvolvimento regional. Vol. 10, n.3 (set/dez, 2005). Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2005. p.49.

¹⁴ No livro URUPÊS, de 1918, Monteiro Lobato dá vida a um dos seus maiores personagens: Jeca Tatu, um caboclo, que representava toda a impossibilidade do Brasil se modernizar, por representar o atraso da agricultura brasileira, ainda embasada em hábitos como a queimada. Ver em: LOBATO, *Monteiro. Urupês*. Ed. Revisada. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1994.

¹⁵ COSTA, João Paulo Reis Costa. A desgraça do casamento sem graça. *Jornal Gazeta do Sul*. Santa Cruz do Sul. 03/07/2014.

¹⁶ VERGUTZ, Cristina Luisa Bencke. *Aprendizagens na Pedagogia da Alternância da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul (Dissertação de mestrado em Educação). 2013, p. 88-9.

das escolas – polos. Acreditamos que está posto aí um dos grandes desafios para essa década em nossa região, estado e país, estancar o fechamento de escolas nas comunidades do Campo e permitir que se compreenda uma educação de qualidade, mais próxima possível da casa das crianças e adolescentes, garantindo contudo, infraestrutura para que professores possam realizar trabalhos que valorize os saberes do Campo, bem como seus sujeitos, inseridos no processo educativo de seus filhos (as), interagindo escola e família na construção desse saber. Pelo menos enquanto haja pessoas no Campo e no Vale do Rio Pardo há.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente os desafios que permeiam a Educação do Campo no Brasil para essa década. Passando inicialmente por uma conversão de olhar sobre o campo brasileiro, superando definitivamente uma compreensão preconceituosa e vertical, que subjuga o Campo e suas gentes a um patamar de inferioridade do “Jeca”, ainda tão vivo em nossa concretude cotidiana e imaginário. Compreendendo que o desenvolvimento de uma região perpassa pelas potencialidades e possibilidades que a mesma apresenta, bem como dos sujeitos que compõem o seu tecido social. Entendendo isso, outro passo é a valorização das experiências de Educação nas escolas do Campo, sejam multisseriadas ou não, com todo seu envolvimento comunitário. E assim o estancamento do fechamento dessas escolas, que podem ser mantidas abertas se o olhar não for somente financeiro-imediatista. E por fim, estender a compreensão das bases teóricas e epistemológicas da Educação do Campo a todas as escolas que se compreenderem do Campo e entenderem que é preciso garantir uma Educação contextualizada aos seus educandos, aproveitando e dialogando com os saberes dos sujeitos que as circundam, estreitando cada vez mais os laços entre o saber popular (dos pais, avós e demais entes próximos dos estudantes), com o saber científico proporcionado pelos estudos na escola, desta forma, submetendo os conteúdos a vasta e diversa realidade dos estudantes e não a realidade dos estudantes a dureza temporal e espacial dos conteúdos.

Evidentemente não se trata aqui de uma tarefa fácil, mas sim de uma possibilidade bem concreta, que pode ir galgando espaços dentro das formações pedagógicas dos municípios, dos projetos políticos pedagógicos e dos planos de cursos dos componentes curriculares das escolas, chegando até a formação continuada dos professores. Basta que o MEC, as SEDU e a SME, as universidades, juntamente com as escolas, se permitirem sair de suas salas e gabinetes e se colocarem disponíveis a aprender com as experiências que historicamente vêm trabalhando com a Educação do Campo no Brasil, seja na rede pública, com boas

experiências, ou experiências comunitárias como das EFAs, por exemplo. Vale a máxima bradada pelos movimentos que defendem a Educação do Campo, cantadas todos os dias nesse país por muitos jovens que acreditam e lutam de fato, acreditando que “Educação do campo é direito e não esmola!”.

REFERÊNCIAS

- ANUÁRIO BRASILEIRO DA AGRICULTURA FAMILIAR. **A Sucessão na Agricultura Familiar 2015**. Erechim: Ed. Bota Amarela. 2012.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de formação de educadores (as) do campo**. Cad. CEDES vol.27 nº 72 Campinas May/Aug, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Região: A tradição geográfica. IN: CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- COSTA, João Paulo Reis Costa. A desgraça do casamento sem graça. **Jornal Gazeta do Sul**. Santa Cruz do Sul. 03/07/2014.
- COSTA, João Paulo Reis. Em 10 anos, menos 35 mil escolas do Campo. **Jornal Ecoserrano**. Artigo de Opinião. Boqueirão do Leão. Publicado em 20 de junho de 2014.
- COSTA, João Paulo Reis. Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul - **EFASC: uma contribuição ao desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo a partir da Pedagogia da Alternância**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – UNISC, Santa Cruz do Sul. Orientadora: Prof^a Dr^a Virgínia Elisabeta Etges.
- COSTA, João Paulo Reis. ETGES, Virgínia Elisabeta. VERGUTZ, Cristina Luisa Bencke. **Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC) - Uma experiência de Educação do Campo**. II Seminário Internacional de Educação do Campo e Fórum Regional do Centro e Sul do RS- SIFEDOC - Educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina. 08 a 10 outubro 2014. Santa Maria / RS, Brasil. p.2863.
- COSTA, João Paulo Reis. VERGUTZ, Cristina. Educação de (des)envolvimento. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul. Artigo de opinião publicado em 15/08/2013.
- ETGES, Virgínia Elisabeta. A região no contexto da globalização: O caso do Vale do Rio Pardo. IN: VOGT, Olgário Paulo. SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (orgs). **Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2001.
- ETGES, Virgínia Elisabeta. O Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, v.8, nº1, jan/abr. 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. Ed. Revisada. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1994.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

VERGUTZ, Cristina Luisa Bencke. **Aprendizagens na Pedagogia da Alternância da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul**. Santa Cruz do Sul. Dissertação de Mestrado em Educação, 2013.

VERGUTZ, Cristina Luisa Bencke. COSTA, João Paulo Reis. **Pedagogia da Alternância do movimento CEFFA e a Educação do Campo: História e desafios**. SIFEDOC - Educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina. 08 a 10 outubro 2014. Santa Maria/RS, Brasil. p.2863.